



CONVENÇÃO EUROPEIA
SECRETARIADO

Bruxelas, 19 de Julho de 2002 (25.07)
(OR. fr)

CONV 209/02

WG V 7

NOTA

de:	Secretariado
para:	Grupo de Trabalho (V) sobre as Competências Complementares
Assunto:	Nota de síntese da reunião de 17 de Julho de 2002

O Presidente agradeceu aos membros do Grupo os contributos enviados ao Secretariado e convidou todos os autores dos documentos em questão (WD 006 a 011 WGV) a exporem o respectivo conteúdo. O debate que se seguiu à apresentação de todos os contributos – entre os quais figura também um documento elaborado pelo Presidente (WD 005 WGV) – permitiu constatar que certas posições são bastante consensuais, ou podem vir a ser conciliadas, e que não existem grandes contradições entre os diferentes pontos de vista.

A reflexão do grupo destina-se a racionalizar e esquematizar o sistema actual, tornando-o muito mais claro e legível para os cidadãos e fornecendo simultaneamente indicações sobre "quem" pode ser considerado o principal responsável por "quê" .

Uma das linhas de acção que parecem emergir dos trabalhos consiste na oportunidade de redigir um novo capítulo do futuro tratado consagrado às competências, que ilustre os princípios gerais e, se for caso disso, prescrições específicas para o exercício das competências pela União.

Com efeito, a afirmação clara e sistemática de diferentes princípios (subsidiariedade, proporcionalidade, atribuição das competências, etc.) no início desse novo capítulo permitiria evitar ter de voltar a referi-los nos restantes artigos do Tratado relacionados com o exercício das competências.

A maioria dos membros do Grupo é a favor de que se explicita ainda melhor o princípio de atribuição das competências, já incluído nos Tratados, salientando que todas as competências que não são conferidas à União continuam a caber aos Estados-Membros.

Em contrapartida, a maioria dos participantes na reunião mostrou-se pouco favorável à ideia de uma lista das competências dos Estados. Tal lista correria o risco de ser contrária ao princípio de atribuição das competências, de não poder ser exaustiva ou de bloquear a futura evolução da União, introduzindo uma certa rigidez no sistema.

Alguns membros do Grupo propuseram que as competências complementares fossem definidas como competências dos Estados em relação às quais a União poderá conduzir uma política de apoio, de complemento ou de coordenação. Esta solução permitiria assim redigir, ainda que de forma totalmente indirecta, uma espécie de lista das competências dos Estados. Esta questão deverá, porém, ser ainda aprofundada.

Outros participantes opuseram-se à hipótese de listas de competências (da União), ou mesmo de categorias de competências, que correriam o risco de caducar logo após a sua adopção.

Além disso, alguns membros mostraram-se convencidos de que seria possível inserir no Tratado um novo capítulo sobre os instrumentos de acção da União, que se seguiria ao das competências. Neste contexto, foi evocado um pedido no sentido de integrar o método aberto de coordenação nesses instrumentos.

Outros participantes, que ponderam também a possibilidade de precisar a intensidade da acção da União para cada tipo de instrumentos, salientaram no entanto a necessidade de evitar estabelecer, para cada categoria de competências, uma lista restritiva de "ferramentas", uma vez que a União deveria manter uma certa margem de manobra, por forma a preservar a eficácia da sua acção.

Outros membros, inclusive a Comissão, afirmaram no entanto que, de qualquer forma, seria possível, e desejável, que se reduzisse o número de instrumentos (conclusões do Conselho, resoluções, recomendações, etc.) utilizados pela União nos domínios das competências complementares. Na maior parte dos casos, trata-se de instrumentos não vinculativos, mas que, pela sua abundância, dão a impressão de uma "invasão" da acção da União em sectores que o próprio Tratado reserva aos Estados-Membros.

Aliás, vários membros realçaram a necessidade de dar resposta a certas percepções da opinião pública, segundo as quais a União não cessa de alargar as suas competências e advogaram a introdução nos Tratados de fórmulas destinadas a tranquilizar os cidadãos. Estas fórmulas poderiam consistir numa explicação mais clara dos limites da acção da União e numa afirmação mais firme de certos "direitos" dos Estados (ver os diferentes modelos propostos no WD 005 WGV).

Neste contexto, foi manifestada preferência pelo modelo "político", tendo um dos participantes defendido que seria útil redigir uma "carta dos direitos e dos deveres dos Estados-Membros", que poderia ser acrescentada após a Carta dos Direitos Fundamentais.

Sempre com o objectivo de oferecer "garantias" à opinião pública, vários membros sugeriram que se substituísse, nos domínios abrangidos pelas competências complementares, o termo "competências" da União pelo de "medidas", que seria mais "leve" e contribuiria assim para excluir qualquer actividade legislativa por parte das instituições europeias.

Outros membros contestaram a possibilidade de se seguir esta via, atendendo a que, para poder tomar "medidas", a União continua a ter de dispor de competências específicas.

Foram esclarecidos o alcance e os objectivos (supressão dos obstáculos às quatro liberdades fundamentais) da acção comunitária, a título do mercado interno, nas áreas abrangidas pelas competências complementares, bem como as garantias já previstas nos Tratados para não corroer as competências dos Estados-Membros.

A maioria dos participantes afirmou que se deveria encontrar um equilíbrio entre as exigências de clareza e de flexibilidade do sistema. Alguns propuseram que o artigo 308.º fosse intitulado "cláusula de flexibilidade", a fim de tornar a sua finalidade mais compreensível para os cidadãos. Outros sugeriram que se transferisse o artigo 308.º da parte final do Tratado para o futuro capítulo sobre as competências, por forma a explicar melhor que esta cláusula se destina a permitir que a União alcance os seus objectivos e não a criar novas competências. Outros ainda consideraram que a transferência desta disposição para o "novo" capítulo relativo às competências poderia vir a reforçar a impressão de que o artigo 308.º pode efectivamente servir para atribuir à União competências suplementares.

Um dos participantes propôs a supressão dos artigos 94.º, 95.º e 308.º.

Alguns membros sugeriram que se reformulassem os artigos relativos às competências

complementares, a fim de os reduzir a algumas linhas que especifiquem os objectivos e o alcance da acção da União. Esses novos artigos constariam do futuro tratado constitucional, ao passo que as disposições actuais, muito mais longas e pormenorizadas, figurariam no tratado anexo relativo às políticas da União.

Foi levantada a questão de saber se o acervo comunitário deve continuar a ser considerado "intocável", ou se se deve proceder à sua actualização ou alteração.

Durante o debate, o Presidente deu a palavra a Lena Hjelm-Wallen, que apresentou um documento relativo à transparência e à boa governação. O Praesidium encarregou o Grupo de Trabalho sobre as Competências Complementares de proceder também a uma reflexão sobre esta questão. Está em fase de preparação um acordo interinstitucional sobre a vertente da acção das instituições europeias. Vários participantes apoiaram a intervenção de L. Hjelm-Wallen e sublinharam que o principal problema reside nos Estados-Membros.

Na sequência de um primeiro debate sobre o assunto, o Presidente solicitou a L. Hjelm-Wallen que apresente, na próxima reunião do Grupo, um contributo mais substancial.

Conclusões operacionais

- O Presidente solicitou a Peter Altmaier que prepare, com a ajuda do Secretariado e dos seus assistentes, uma segunda versão do seu contributo, a fim de ter em conta os resultados do debate do Grupo de 17 de Julho, e convidou os membros do Grupo a enviar ao Secretariado, o mais tardar até ao próximo dia 5 de Agosto, os seus eventuais contributos sobre as alterações ou inserções que desejem introduzir neste último documento.
- O Presidente pediu ao Secretariado que redija um novo documento de síntese sobre as competências complementares (definição que agrupe as características comuns, identificação dos domínios de acção, instrumentos). Nesta óptica, convidou os membros do Grupo a enviar também ao Secretariado, até 5 de Agosto, contributos sobre eventuais propostas de alteração do Tratado em vigor.
- O Presidente solicitou a L. Hjelm-Wallen que apresente ao Secretariado, até 5 de Agosto, um documento de síntese sobre a boa governação.

- Os três documentos serão distribuídos tendo em vista a reunião de 6 de Setembro.

- O recurso ao exercício das competências funcionais poderia também ser reduzido através da criação, se necessário, de novas bases jurídicas. Os membros poderiam apresentar contributos sobre este assunto.

- O Presidente afirmou que seria útil convidar para a próxima reunião os Presidentes dos Grupos de Trabalho sobre a Subsidiariedade, sobre os Parlamentos Nacionais e sobre a Personalidade Jurídica, a fim de analisar as possíveis relações entre os debates em curso nas diversas instâncias.

- O Presidente propôs que se convide também para a sessão de 6 de Setembro Alojz Peterle (representante dos países candidatos, convidado no Praesidium), a fim de ouvir a sua reflexão sobre o tema da diversidade cultural e linguística, tendo em conta que o Praesidium solicitou a este Grupo de Trabalho que aprofunde igualmente este aspecto.